

A EMERGÊNCIA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA GLOBALIZAÇÃO CONTRA- HEGEMÔNICA⁸⁴

Geovânia da Silva Toscano(UFPB)⁸⁵

Vânia de Vasconcelos Gico(UFRN)⁸⁶

Resumo

Discutem-se duas experiências de extensão universitária: Saúde e Cidadania (SACI), desenvolvida na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e a Atividade Curricular em Comunidade (ACC) na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Analisa-se como as Universidades Públicas no Brasil respondem aos desafios e contradições externas, tendo-se as duas experiências apontadas como *locus* empírico e como *focus* de análise os projetos e relatórios, além de entrevistas com os atores envolvidos. Verifica-se entre os resultados a aproximação e a reflexão do contexto social religando teoria e prática o que possibilitou a compreensão do homem como um todo e o respeito a princípios e valores da comunidade o que poderá influenciar a importância dada para a formação do profissional cidadão. Tais ações acredita-se corroborar com o processo de globalização contra-hegemônica.

Palavras-chave: Universidade. Globalização. Extensão Universitária

⁸⁴ Este estudo é um recorte da pesquisa de doutorado intitulada: “Extensão Universitária e Formação Cidadã: a UFRN e a UFBA em ação”, vinculada à Base de Pesquisa Cultura, Política e Educação, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), da UFRN. Pesquisa submetida e aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em primeiro de julho de 2005.

⁸⁵ Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Professora da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: geotoscano@gmail.com

⁸⁶ Doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP, Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. e-mail: vaniagico@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O ritmo acelerado das mudanças socioeconômicas, culturais e tecnológicas na sociedade, desafia as instituições universitárias, sobretudo as públicas, a responder as novas demandas inerentes a esse processo de transformação que envolve toda a população, em detrimento das reduções de financiamentos por parte do Estado.

Diante de tal contexto, se acentuam as contradições das funções universitárias assumidas ao longo da história entre a investigação, o ensino e a prestação de serviços. No campo de investigação a Universidade torna-se refém dos interesses da competitividade da economia; na dimensão do ensino perde-se a idéia de formação geral, cultural e humanista em detrimento da formação profissional e especializada e no tocante a prestação de serviços à relação com a idéia de mobilidade social via educação. Tais contradições remetem ao desafio das Universidades repensarem suas funções e delimitarem suas proposições na perspectiva de ação que possam dar respostas aos problemas emergentes da sociedade. Um desses problemas é a redefinição de atuação dessa instituição no que diz respeito à formação profissional, tão privilegiado ao longo da sua história, mas que vem sendo questionado frente às novas exigências do mundo globalizado, qual seja, seres autônomos, críticos, criativos, dispostos e abertos às mudanças e as incertezas.

Analisa-se como a Universidade Pública no Brasil tem respondido a alguns desses desafios e contradições apontando duas experiências de extensão universitária na UFRN e na UFBA, compreendendo que nestes espaços pode-se exercitar a redefinição do papel da Universidade pública e buscar conquistar a sua legitimidade, além de encontrar focos para a construção de uma formação cidadã.

Aos resultados obtidos nos relatórios e em entrevistas com alunos de diferentes cursos, associa-se a fundamentação teórica vinculada a globalização contra-hegemônica defendida por Santos (2002) e a religação dos saberes apontada por Morin (2001).

2 A UNIVERSIDADE NO CENÁRIO DA GLOBALIZAÇÃO

As questões que emergem na atualidade para as Universidades públicas devem ser compreendidas ao longo da trajetória histórica dessas instituições, inseridas na sociedade moderna. Essas instituições passam por situações que põem em xeque as suas

funções de dimensão cultural, formação profissional e desenvolvimento do saber desinteressado dos indivíduos na sociedade.

Por sua vez, as situações de exigência da sociedade e as restrições de financiamentos enfrentadas pelas Universidades européias são analisadas por Santos (1996) quando sinaliza as crises dessas instituições. A crise de hegemonia reflete à contradição entre os conhecimentos exemplares e os conhecimentos funcionais; a crise de legitimidade indica a contradição entre hierarquização e democratização da Universidade e, a crise institucional concentra sob sua responsabilidade, a contradição entre a autonomia institucional e o produto social para a sociedade.

Na relação entre as duas primeiras crises, evidencia-se o processo de massificação do ensino superior ocorrido em alguns países, a partir dos anos 1950, sobre a influência da denominada teoria do capital humano, cujo conteúdo deu suporte a crença na educação como forma de inserção e ascensão social que indicava um vínculo direto entre educação, trabalho e produção. Trata-se aqui da questão de igualdade de oportunidades e mobilidade social.

No Brasil, essa visão utilitarista da educação foi um referencial nas reformas educacionais no período do Regime Militar (1964-1985), estará presente na Reforma Universitária de 1968, Lei 5.540/1968, na Reforma de Ensino de 1º e 2º graus, Lei 5.692/71, no I e II Planos Setoriais de Educação, Cultura e Desportos (1974-1979), e mantém-se fortemente até os dias atuais entre aqueles que pleiteiam o acesso ao ensino superior (GERMANO, 2005).

As Universidades públicas, a partir dos anos 1970, período de crescimento das mobilizações sociais, são convocadas a cumprirem seu compromisso social de contribuir para a identificação e a busca de soluções de problemas através de uma atuação de seus agentes na comunidade com capacidade de dispor de seus saberes de maneira mais integrada e pertinente. Como nos ensina Morin (2001, p. 15), “[...] o conhecimento pertinente é o que é capaz de situar qualquer informação em seu contexto e, se for possível, no conjunto em que está escrita”.

Já Santos (2004), deixa claro a necessidade de uma reforma da Universidade pública para que ela possa se inserir de fato numa perspectiva contra-hegemônica à globalização hegemônica neoliberal. Tal reforma tem que se pautar em um projeto de país e este: “[...] tem de resultar de um amplo contrato político e social desdobrado em

vários contratos sectoriais, sendo um deles o contrato educacional e, dentro dele, o contrato da universidade como bem público” (SANTOS, 2004, p. 55).

Pensar a Universidade como bem público é lutar pela sua democratização efetiva e atribuir a mesma o papel de colaborador na superação do processo de exclusão de diferentes grupos sociais e seus diversos saberes. Conforme Santos (2002), a globalização contra-hegemônica sinaliza tanto os aspectos da promoção das economias locais e comunitárias, da descoberta do sentido do lugar e da comunidade; da promoção e da manutenção do espaço de sociabilidade, bem como da busca da distribuição de riqueza; da idéia de uma cidadania pós-nacional; da perspectiva de uma esfera pública transnacional e do reconhecimento de culturas distintas (SANTOS, 2002).

Cabe-nos questionar: quem serão os protagonistas da superação universitária que se dará a partir da sua reforma? Santos (2004) indica que o primeiro protagonista será a própria Universidade pública ou aqueles que estão nela interessados e visualizam uma globalização alternativa e que estejam comprometidos e possam problematizar as consequências atuais dos avanços da ciência, da técnica e do progresso.

Um outro protagonista indicado por Santos (2004) é o Estado Nacional quando ocorrer o seu compromisso com uma “globalização solidária da universidade”. O terceiro protagonista são os cidadãos individual ou coletivamente organizados: os movimentos sociais, grupos sociais, sindicatos, organizações não governamentais e suas redes, governos locais progressistas, todos aqueles interessados em fundar uma parceria com a Universidade tendo em vista o atendimento de interesses sociais (Santos, 2004, p.60).

Após falar sobre a reforma das Universidades públicas e seus protagonistas Santos (2004) indica alguns princípios norteadores, quais sejam: enfrentar o novo com o novo; lutar pela definição de crise; lutar pela definição de universidade; reconquistar a legitimidade; criar uma nova institucionalidade; regular o setor universitário privado (SANTOS, 2004, p.61-113).

Destacamos aqui para consubstanciar a nossa discussão, os princípios da luta pela definição de Universidade e a reconquista da legitimidade, por compreendermos que estes preenchem as reflexões sobre o efetivo papel social que as Universidades públicas têm a cumprir frente aos processos de exclusão social provocados pela globalização hegemônica.

A luta pela definição da Universidade diz respeito a uma questão de hegemonia associada à contradição entre os conhecimentos exemplares e os conhecimentos funcionais que as Universidades tiveram que assumir ao longo de suas histórias.

Na perspectiva de uma reforma, a Universidade só subsistirá se houver a formação graduada, a pós-graduada, a pesquisa e a extensão, caso contrário será somente ensino superior profissional para atender ao mercado.

Nessa perspectiva a definição da Universidade poderá contribuir para a conquista da legitimidade que diz respeito à contradição entre a sua hierarquização e democratização. Essa passa a ser urgente no século XXI e contempla, conforme Santos (2004), seis áreas de atuação: acesso, extensão, pesquisa-ação⁸⁷, ecologia dos saberes⁸⁸, universidade e escola pública, universidade e indústria.

A extensão, a pesquisa-ação e a ecologia dos saberes estão relacionadas intrinsecamente à medida que a extensão as contém, estando essas nas atividades extensionistas das Universidades públicas e ligadas diretamente ao papel da Universidade enquanto produtora e divulgadora de conhecimentos.

Nesse sentido, a extensão nas reformas universitárias deverá se apresentar com um novo papel sendo contemplada também nos currículos dos cursos de graduação e se constituirá como uma alternativa de enfrentamento dos problemas do capitalismo global, atuando na construção da democracia, contra a exclusão social, na defesa do meio ambiente e a favor da diversidade e pluralidade cultural. Para atuar junto aos referidos problemas, as Universidades precisarão estar articuladas com vários seguimentos sociais, sejam eles grupos sociais populares e suas organizações, o setor público, o setor privado, ou os sindicatos e o governo local, sempre tendo como meta a identificação de problemas e a busca de soluções de maneira coletiva. Corroborando

⁸⁷ Para Santos (2002, p.75), “pesquisa-ação e a ecologia dos saberes são áreas de legitimação da universidade que transcendem a extensão uma vez que tanto atuam ao nível desta como ao nível da pesquisa e da formação [...], consiste na definição e execução participativa de projetos de pesquisa, envolvendo a comunidade e organizações sociais populares a braços com problemas cuja solução pode beneficiar os resultados da pesquisa”.

⁸⁸ Ecologia dos saberes para Santos (2004, p.76) “é um aprofundamento da pesquisa-ação. É algo que implica uma revolução epistemológica no seio da universidade e, como tal, não pode ser decretada por lei. [...]. A ecologia dos saberes é [...] uma forma de extensão ao contrário, de fora da universidade para dentro da universidade. Consiste na promoção de diálogos entre o saber científico ou humanístico, que a universidade produz, e saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, provenientes de culturas não ocidentais [...] que circulam na sociedade.

com esta idéia de Universidade extensionista Buarque (1994, p.37) afirmam que “[...] as principais formas de legitimação da universidade são o respeito que lhe vem da qualidade de seu produto e a proximidade com a população externa por atividades de extensão”.

Santos (1996), ao falar da crise da modernidade e das crises das Universidades – hegemonia, legitimidade e institucional – aponta algumas teses para o enfrentamento da crise universitária e essas deverão servir de bússola para atuação da Universidade. Entre essas teses destaca-se a idéia de que: “[...] a legitimidade da universidade só será cumprida quando as atividades hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das atividades de investigação e de ensino” (SANTOS, 1996, p. 225).

Identificamos na extensão universitária em sua relação com o ensino e a investigação, a possibilidade da Universidade exercer o seu compromisso social através da articulação que promove com a sociedade que a legitima e na qual está inserida, buscando enfrentar as necessidades e desigualdades do contexto social.

Quando foi criado o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras em 1987, a extensão foi definida como um “[...] processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade” (NOGUEIRA, 2000, p.11).

Após vinte anos da Reforma Universitária, Lei 5.540, de 1968, o princípio da relação entre ensino, pesquisa e extensão volta a ser estabelecido na Constituição Federativa do Brasil, sancionada em 1988, quando dispõe: *Art. 207*: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1994, p. 123).

Percebe-se a perspectiva legal de ação transformadora da Universidade frente à sociedade pelo princípio da “autonomia” presente no texto legal desde que seja obedecido o princípio da indissociabilidade. Essa determinação também é contemplada nos objetivos do ensino superior indicados na LDB, Lei 9.394, de 20/12/1996, que aponta:

Art. 43 – Objetivos do ensino superior:

I – Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

IV – Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII–Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição (SAVIANI, 1997, p. 176).

A partir dessas orientações no tocante ao ensino superior, a Câmara de Educação Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou o Parecer CNE/CES 776, de 03 de dezembro de 1997, abordando os aspectos referentes às diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Conforme o CNE/CES, as orientações curriculares deverão ser respeitadas por todas as instituições de ensino superior buscando, todavia, “assegurar a flexibilidade e a qualidade de formação oferecida aos estudantes”. Entre os oito princípios estabelecidos no Parecer, aquele que aponta para a relação entre teoria, prática e extensão é: “Fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão” (BRASIL, 2004, p. 7).

Por outro lado, o Plano Nacional de Educação conforme a Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, advoga:

Estabelecer, em nível nacional, diretrizes curriculares que assegurem a necessária flexibilidade e diversidade nos programas de estudos [...] de forma a atender às necessidades diferenciadas de sua clientela e às peculiaridades das regiões nas quais se inserem (BRASIL, 2004, p. 9).

Ao analisar a mencionada legislação educacional brasileira no tocante à Universidade, percebe-se possibilidade lançada para a Universidade inserir-se na perspectiva de uma globalização alternativa, contra-hegemônica em sua luta pela conquista da legitimidade. Isso poderá acontecer à medida que aqueles que nela se encontram lutem, assumam e reconheçam alguns dos papéis a ela lançados, tais como: a criação cultural, o estabelecimento de uma relação de reciprocidade com a comunidade na qual está inserida; o papel de divulgadora da cultura, da pesquisa científica e tecnológica produzida internamente; a diversificação de seus programas de estudos de

forma a atender aos interesses da região na qual se insere; e ainda, ultrapassar a formação puramente profissional e incluir a dimensão política, social, cultural, ética e humanística.

Neste sentido Morin (1999) corrobora:

[...] a universidade precisa superar-se para se encontrar. Desse modo, inscrever-se-á de modo mais profundo em sua missão transecular que assumindo o passado cultural, se adiantará para um novo milênio com o intuito de civilizá-lo (MORIN, 1999, p.19).

Na extensão exercita-se o papel de releitura do ensino, visualizando a formação cidadã e a pesquisa como meta de construção de um conhecimento pertinente, fazendo com que essas funções inerentes à compreensão de Universidade possam contribuir para a reinvenção da emancipação social dos cidadãos.

3 EXPERIÊNCIAS CONTRA-HEGEMÔNICAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO NORDESTE BRASILEIRO

Na UFRN, em 1999, inicia-se o “Programa Educação, Saúde e Cidadania (PESC/SACI)” a partir do Programa “Uma Nova Iniciativa na Educação de Profissionais de Saúde – UNI” com articulação entre as Pró-Reitorias de Extensão e Graduação, o Centro de Ciências da Saúde (CCS), Departamento de Saúde Coletiva e o Centro de Ciências Humanas Letras e Artes - CCHLA. O Programa PESC/SACI tem como meta “[...] uma nova visão no processo ensino-aprendizagem a partir de uma abordagem problematizadora do trabalho multiprofissional e interdisciplinar, desenvolvido na ação-reflexão-ação com a estratégia da integração ensino, serviço e comunidade”. No ano 2000, inaugura-se a primeira turma do Projeto SACI, envolvendo alunos do primeiro ano dos cursos de Nutrição, Enfermagem, Medicina, Fisioterapia, Odontologia e Psicologia.

O projeto SACI efetiva-se na Zona Oeste de Natal na área de atuação do “Programa Uma Nova Iniciativa na Educação de Profissionais de Saúde UNI”-Natal iniciado em 1992, em bairros considerados pobres. Os encontros dos alunos e tutores se realizam em instituições sociais como Escolas, Unidades de Saúde e Conselhos Comunitários. O Projeto UNI deixa de atuar em Natal em 2004.

Contudo, deu-se continuidade ao Projeto SACI, propondo-se ao aluno a pedagogia da problematização incentivando-o na construção do seu próprio conhecimento, tendo como espaço de reflexão os problemas da comunidade. Nesse processo de construção e troca de saberes o professor – tutor apresenta-se como facilitador na busca de propostas que possam promover a atenção à saúde da comunidade. A atuação do SACI pretende promover a formação integral do aluno e a integração da Universidade com a realidade social na qual está inserida.

Os dados colhidos nos relatórios de avaliação do SACI mostram que ao se questionar os alunos sobre os objetivos do SACI e sobre a relação com a formação profissional eles consideram:

É de extrema importância para minha formação profissional a experiência oferecida pela disciplina para ter conhecimento da realidade nas comunidades mais carentes e conhecer os equipamentos sociais, principalmente os da saúde (aluno de Odontologia)

A grande proposta do SACI é compreender o ser humano como um todo, e isso é muito importante na área de saúde, integração interdisciplinar para não se ver apenas a doença, mas sim o homem em seu meio (aluno de Medicina)

Observar e refletir sobre a comunidade, ou seja, a população mais carente, observando-a de forma não preconceituosa e respeitando seus princípios e valores (aluno de Farmácia).

Percebemos que ao participar do SACI os referidos alunos adquirem conhecimentos da realidade da comunidade pobre, muitas vezes por eles desconhecida, passam a respeitar os princípios e valores daquela comunidade, adquirem capacidade de observar e refletir sobre a realidade na qual estão atuando e passam a compreender o ser humano inserido no seu meio.

Tais aprendizagens parecem fundamentais para desenvolver na mente dos alunos universitários o desejo para a resolução dos problemas sociais em experiências educacionais que estimulam a curiosidade, a dúvida e a interrogação, aspectos fundamentais para uma formação cidadã.

Conforme o Plano Nacional de Extensão “[...] para a formação do profissional cidadão, é imprescindível sua efetiva interação com a sociedade, seja para se situar historicamente, para se identificar culturalmente e/ou para referenciar sua formação técnica com os problemas que um dia terá de enfrentar” (NOGUEIRA, 2000, p. 120).

Morin (2001, p.74) afirma: “[...] somos verdadeiramente cidadãos quando nos sentimos solidários e responsáveis”. Por essa condução reflexiva, a participação dos alunos nas atividades de extensão do SACI colaboram para pensar uma formação cidadã na Universidade pública.

Contemplando os objetivos semelhantes do SACI da UFRN, a UFBA começou em 1997, as atividades da UFBA em Campo e em 2001, esse programa de extensão passou a ser o ACC, com o objetivo de promover diálogos com a sociedade, para reelaborar e produzir conhecimentos em parceria com a população, com o objetivo de buscar caminhos alternativos para a resolução de problemas, como um componente curricular complementar para todos os cursos de graduação da UFBA. O ACC é uma experiência educativa, cultural e científica, desenvolvida por professores e estudantes em parceria com grupos comunitários que visa promover a articulação do ensino, pesquisa e extensão.

O ACC acontece a partir de projetos temáticos que um professor de um determinado departamento acadêmico da UFBA propõe para uma comunidade escolhida, no município de Salvador ou em outras cidades do Estado, e indica o perfil ou curso do aluno que pretende trabalhar naquele projeto. Assim vemos, que se pode trabalhar em um projeto, durante um semestre, com alunos dos primeiros períodos, de no mínimo, três cursos diferentes.

Quando interrogados sobre a experiência de participação no ACC, conforme Lima (2001), os alunos da UFBA revelam:

Parece que algo mudou, os estudantes estão na academia e na comunidade, professores e alunos estão ensinando e aprendendo, a comunidade está descobrindo a universidade e a universidade está repensando o seu papel (aluno de Filosofia).

É a oportunidade de entrar em contato direto com as teorias acadêmicas, colocando-as em prática, vendo-as funcionar de forma satisfatória e ideal, além da interdisciplinaridade (aluno de Biologia).

Na ACC o aluno não apenas cursa para passar, para isso ele é levado a doar-se, mesmo que temporariamente, a uma comunidade que dele necessita e da qual ele precisa para crescer como estudante, como pessoa, como profissional e como cidadão (aluna de Licenciatura em Ciências).

Esses depoimentos dos alunos envolvidos no ACC confirmam a aproximação com a realidade, a articulação com os diferentes saberes, a relação teoria e prática, a formação cidadã e o compromisso social da Universidade.

A aproximação de alunos e professores do SACI e ACC da realidade local permite a inserção da Universidade na perspectiva da globalização contra-hegemônica a partir da relação que estabelecem com a sociedade, com o apoio de diferentes pessoas que estão interessadas no processo de luta contra a globalização hegemônica excludente.

Tais experiências promovem o exercício do pensamento reflexivo sobre os problemas do mundo presente, relacionando teoria e prática; ao mesmo tempo em que fazem a análise desses problemas de forma compartilhada, na busca criativa de soluções para o enfrentamento desses problemas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar os depoimentos dos alunos do SACI e ACC, percebemos que essas experiências buscam promover a relação entre a Universidade e a sociedade mediante a articulação dos saberes que estão fora da Universidade fazendo-os dialogar com aqueles sistematizados na academia. Embora ainda em experiências isoladas, é possível que o diálogo ocorra através de temas relacionados aos bairros e municípios, por professores e alunos que se permitem pensar e refletir junto com a comunidade os problemas de seu tempo buscando ações que demandem soluções possíveis no momento.

Acredita-se que a divulgação e ampliação dessas experiências mediadas pela extensão, pesquisa e ensino e que envolvem vários departamentos acadêmicos, colaboram tanto para o debate sobre a reforma no ensino superior brasileiro na atualidade, como para a compreensão do papel da Universidade no processo de desenvolvimento do país.

A prática de extensão pode apresentar-se como um fórum de debates sobre o papel social da Universidade e da relação teoria e prática, bem como do diálogo entre diferentes tipos de saberes.

Por sua vez, a flexibilização curricular é possível em experiências desse tipo, dando uma nova dimensão à formação profissional voltada para uma perspectiva cidadã. São práticas do fazer universitário que atuam de maneira contra-hegemônica, ou seja, contrária à globalização hegemônica neoliberal, padronizadora das ações acadêmicas

voltadas para si mesma, o que fortalece o Estado, dando-lhe possibilidade de reduzir financiamentos para as políticas sociais, especificamente, para as Universidades públicas, visto que estas estão encerradas em seus muros, não tendo a comunidade para lhe defender como legítima produtora do saber. Daquele saber acadêmico que se religa ao saber das comunidades e com elas comungam uma ecologia dos saberes, vinda da pesquisa-ação, da extensão universitária para fundamentar as pesquisas e o ensino.

O desafio está lançado aos diferentes atores sociais intra e extramuros da Universidade; àqueles interessados na defesa de uma Universidade pública e laica, social e democrática atuando numa perspectiva contra-hegemônica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES nº 329/2004**. Carga horária mínima de graduação, bacharelado, na modalidade presencial. Brasília, 2004.

BUARQUE, Cristovam. **A aventura na Universidade**. São Paulo: Ed. Da Universidade Estadual Paulista: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GERMANO, José Willington. **Estado Militar e educação no Brasil (1964-1985)**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LIMA, Paulo Costa. **Formação cidadã, reforma curricular e Extensão Universitária**. XXI FÓRUM REGIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS: REGIONAL NORDESTE, 26, 2002, Natal. Anais. Natal/RN: EDUFRN, 2002.

MORIN, Edgar (org.). **A cabeça-bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **Complexidade e transdisciplinaridade: a reforma da universidade e do ensino fundamental**. Natal: EDUFRN, 1999.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (Org.) **Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas**. Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Universidade no século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Pela mão de Alice: o social na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. (Org.) **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.